



AÇÃO DE LITERACIA JUDICIAL PARA ALUNOS

VILA REAL

“A organização judiciária dentro do Estado de Direito Democrático, tendo sempre como base a desmistificação do papel da Justiça e a aproximação dos cidadãos ao meio judiciário”. Este foi o tema escolhido para promover a literacia judicial junto dos alunos do ensino secundário.

A iniciativa, promovida por Maria Hermínia de Oliveira, juiz presidente do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Real, teve como objetivo divulgar o papel dos tribunais e a sua importância para uma cidadania mais esclarecida e, conseqüentemente, mais participativa. Em declarações à VTM,

a juiz presidente referiu que a maioria das pessoas associa os tribunais à parte repressiva, criminal, mas a nossa envolvimento com os tribunais vai muito para além da parte criminal, porque felizmente não chega a 10% a percentagem da população portuguesa que comete crimes”.

Maria Hermínia de Oliveira acrescentou que esta ação, através dos mais novos, pretende fomentar em cada um de nós a necessidade de ser conhecedor daquilo que é básico no nosso dia a dia. Por vezes, fazemos atos com potencialidade de envolvimento de responsabilidade e com questões jurídicas, e não temos muito essa noção”, disse, sustentando que, muitas vezes, “não exercemos tão



FOTO: MF

cabalmente os nossos direitos, porque não temos o conhecimento devido. Por isso, queremos despertar a curiosidade sobre os nossos direitos e deveres, para sabermos lidar melhor com o outro e com o próprio Estado”.

O público-alvo foram os alunos do ensino secun-

dário dos Agrupamentos de Escolas do concelho.

Alexandre Favaio, vice-presidente da câmara, afirmou que “é absolutamente fundamental trazer estas informações para os alunos do 11º e 12º ano, que ficaram a saber a maneira como o país e a justiça se organiza”.

Francisco Miguel, de 18 anos, aluno da Escola Camilo Castelo Branco, “gostou muito” de assistir à iniciativa, confessando não saber nada de leis. “É muito importante os jovens saberem que vivem numa sociedade com regras, que temos direitos e deveres. Se os soubermos,

isso permite-nos viver de forma adequada”.

Deixou ainda a sugestão de que deveria ser criada uma disciplina própria, tanto de direito como economia, que “são as bases fundamentais que os jovens deveriam ter nas escolas”.

Outro aluno, António Carvalho, de 17 anos, da mesma escola, afirmou que “foi muito interessante, fez-me olhar mais para a Constituição, perceber que é fundamental para proteger os direitos, liberdades e garantias, que ela nos confere”, adiantando que estas iniciativas “poderiam acontecer mais vezes, para fundamentar um espírito realmente de proteger aquilo que é nosso e, muitas vezes, nem sabemos que temos”. ■

MÁRCIA FERNANDES